



YAN VICTOR SILVA MACHADO¹

Políticas Públicas Socioambientais na Amazônia Brasileira: O Que a Antropologia Tem a Ver Com Isso?

*Socio-environmental public policies in the brazilian amazon: what does
anthropology have to do with it?*

ARTIGO 1

08-21

¹ Bacharel em Antropologia pela Uniasselvi

Resumo: O objetivo deste trabalho é explorar as possibilidades de discussão de políticas públicas socioambientais na Amazônia brasileira a partir da perspectiva da Antropologia. Para isso, utiliza-se, inicialmente, como fundamentação teórica, os estudos de Kohlhepp (2002), Castro (2017), Silva (2022), entre outros, que tratam da Amazônia brasileira enquanto território de interesses e conflitos. Em seguida, recorre-se aos estudos de Leirner (2013), Spiess (2016) e outros para abordar o papel da Antropologia no contexto das políticas públicas. Realizou-se, então, uma pesquisa bibliográfica no Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), com o objetivo de realizar uma análise qualitativa de trabalhos que contribuíssem para a discussão sobre os limites e as possibilidades do uso de perspectivas antropológicas na formulação, aplicação ou avaliação de políticas públicas socioambientais na Amazônia brasileira. Como resultado da revisão de sete produções acadêmicas, obteve-se uma visão geral sobre investigações antropológicas com enfoque político e ambiental na Amazônia brasileira. Constatou-se a predominância de estudos desenvolvidos junto a populações impactadas por políticas públicas na região e a aplicabilidade da disciplina principalmente na avaliação dessas políticas.

Palavras-chave: Amazônia brasileira. Políticas públicas. Antropologia.

Abstract: This study aims to explore the possibilities of discussing socio-environmental public policies in the Brazilian Amazon from an anthropological perspective. To this end, it draws initially on the theoretical frameworks of Kohlhepp (2002), Castro (2017), Silva (2022), among others, regarding the Brazilian Amazon as a territory of interests and conflicts. Subsequently, it refers to the studies of Leirner (2013), Spiess (2016), and others to address the role of Anthropology in the context of public policies. A bibliographic review was then conducted through the CAPES Periodicals Portal (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel), seeking a qualitative analysis of works that could contribute to the discussion of the limits and possibilities of applying anthropological perspectives in the formulation, implementation, or evaluation of socio-environmental public policies in the Brazilian Amazon. Based on the review of seven academic works, a general overview was obtained regarding anthropological investigations with political and environmental focus in the Brazilian Amazon. It was found that the majority of studies were developed in collaboration with populations affected by public policies in the region, highlighting Anthropology's main applicability in the evaluation of such policies.

Keywords: Brazilian Amazon. Public policies. Anthropology.

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas têm recebido cada vez mais atenção nas últimas décadas, culminando em uma variedade de estudos, pesquisas, iniciativas (públicas e privadas) e discussões sobre o assunto. O reconhecimento da dimensão dos impactos da ação humana sobre a Terra também aponta para a necessidade de cooperação em nível global, visando à construção de futuros mais sustentáveis para o planeta e, consequentemente, para os seres humanos.

Entretanto, as modificações nos modos de vida, produção e consumo humanos ao redor do mundo continuam longe de viabilizar uma mitigação eficaz das mudanças climáticas. É importante atentar para o uso da palavra “mitigação”, pois, de

fato, não há retorno para as alterações promovidas pela emissão descontrolada de gases de efeito estufa (principalmente o CO₂), resultantes das atividades humanas desde a Revolução Industrial.

Em 2019, a temperatura média global já estava 1,1°C acima dos níveis do período pré-industrial, desencadeando eventos climáticos extremos (UNEP, 2021; Teixeira; Toni, 2022). Em 2018, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) elaborou o *Relatório Especial sobre Aquecimento Global de 1,5°C* (SR15), apontando a urgência na redução das emissões de CO₂, na tentativa de conter as consequências do aquecimento global, conforme exposto na imagem a seguir.

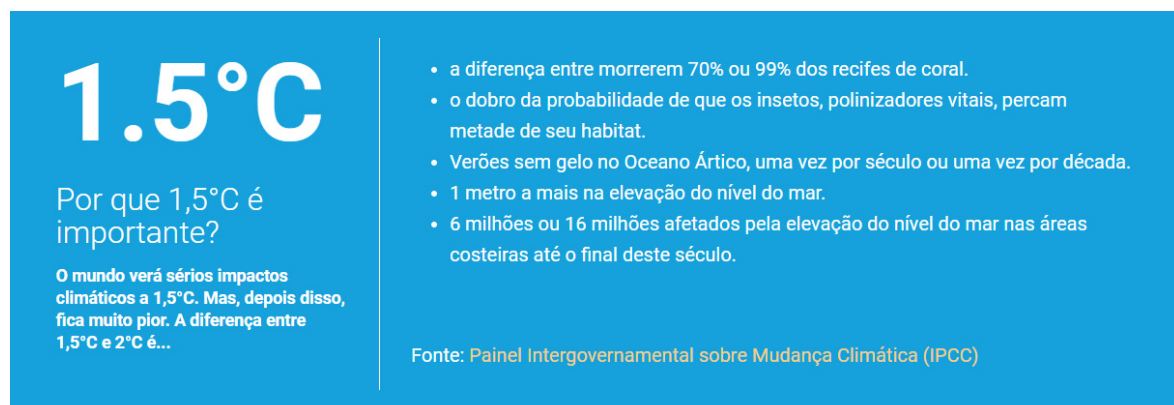


Figura 1. A importância do controle da temperatura média global / Fonte: UNEP (2021).

No caso específico do Brasil, não se pode deixar de lado um fator de grande peso no cenário de mudanças climáticas: a Amazônia. O bioma, que abriga milhares de espécies de animais e plantas, e se estende por mais da metade do território nacional, tanto influencia a estabilidade climática do planeta quanto é influenciado pelas mudanças climáticas.

Muitas discussões podem ser elaboradas nesse contexto e, em muitas delas, o desmatamento se

sobressai como questão central. O desmatamento na Amazônia apresentou uma redução nos nove primeiros meses de 2023, com uma área de floresta derrubada quase três vezes menor em relação ao mesmo período em 2022. Mesmo assim, os 3516 km² desmatados de janeiro a setembro ainda representam um valor bastante expressivo, considerando que equivalem a desmatar diariamente a área de 1300 campos de futebol (Imazon, 2023). Para Teixeira e Toni:

O desmatamento da Amazônia ameaça a estabilidade do clima do planeta. Torna vulneráveis as condições que favorecem o desenvolvimento do Brasil. A fragilização imposta ao país por conta do descontrole do desmatamento da Amazônia e do Cerrado impacta a segurança alimentar, hídrica e social, a biodiversidade, além de favorecer o surgimento de novas pandemias e acelerar as desigualdades. Numa outra perspectiva, permite a explosão da violência no campo e nas cidades em função do acirramento dos conflitos decorrentes da grilagem, da extração ilegal de ouro, diamantes e madeira e do tráfico de drogas. Na ótica internacional, além do impacto no cenário global, impõe custos políticos para a nação no exercício do importante papel de liderança regional na América do Sul, na Pan-Amazônia e na Cooperação Sul-Sul (Teixeira; Toni, 2022, p. 86).

A partir do apontado pelas autoras, nota-se que o desmatamento desemboca em uma série de consequências diretas ou indiretas na realidade brasileira, mas não é a única preocupação nos limites do bioma amazônico, que também é afetado por: queimadas decorrentes da expansão da fronteira agrícola; conflitos socioambientais relacionados ao território; construção de empreendimentos com alto impacto ambiental; biopirataria, entre outros.

Considerando os diversos fatores ambientais, sociais, políticos e econômicos que estão envolvidos na Amazônia, é perceptível a complexidade no desenvolvimento de estudos, pesquisas e trabalhos na região, incluindo as intervenções estatais, demandando contribuições interdisciplinares. É nesse sentido que levantamos a seguinte questão:

de que forma a Antropologia pode contribuir na construção, execução e/ou avaliação das políticas públicas socioambientais na Amazônia brasileira?

Desta forma, o objetivo deste trabalho é explorar possibilidades de discussão de políticas públicas socioambientais na Amazônia brasileira a partir da perspectiva da Antropologia. Para isso, utiliza-se como fundamentação teórica inicialmente os estudos de Kohlhepp (2002), Castro (2017), Silva (2022) e outros a respeito da Amazônia brasileira enquanto território de interesses e conflitos e, posteriormente, os estudos de Leirner (2013), Spiess (2016) e outros para tratar da Antropologia no contexto das políticas públicas.

Após, realizou-se pesquisa bibliográfica no Portal de Periódicos da CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), visando análise qualitativa de trabalhos que pudessem contribuir para discussão de limites e possibilidades na utilização de perspectivas antropológicas na formulação, aplicação ou avaliação de políticas públicas socioambientais na Amazônia brasileira.

AMAZÔNIA: DIMENSÕES, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Amazônia Legal compreende uma área de mais de 5 milhões de km², o que corresponde a cerca de 59% do território brasileiro, abrangendo nove estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão) e 772 municípios (Figura 2). A área foi delimitada para facilitar a atuação em políticas públicas, o desenvolvimento sustentável e inclusivo, e a integração econômica nacional e internacional da região.

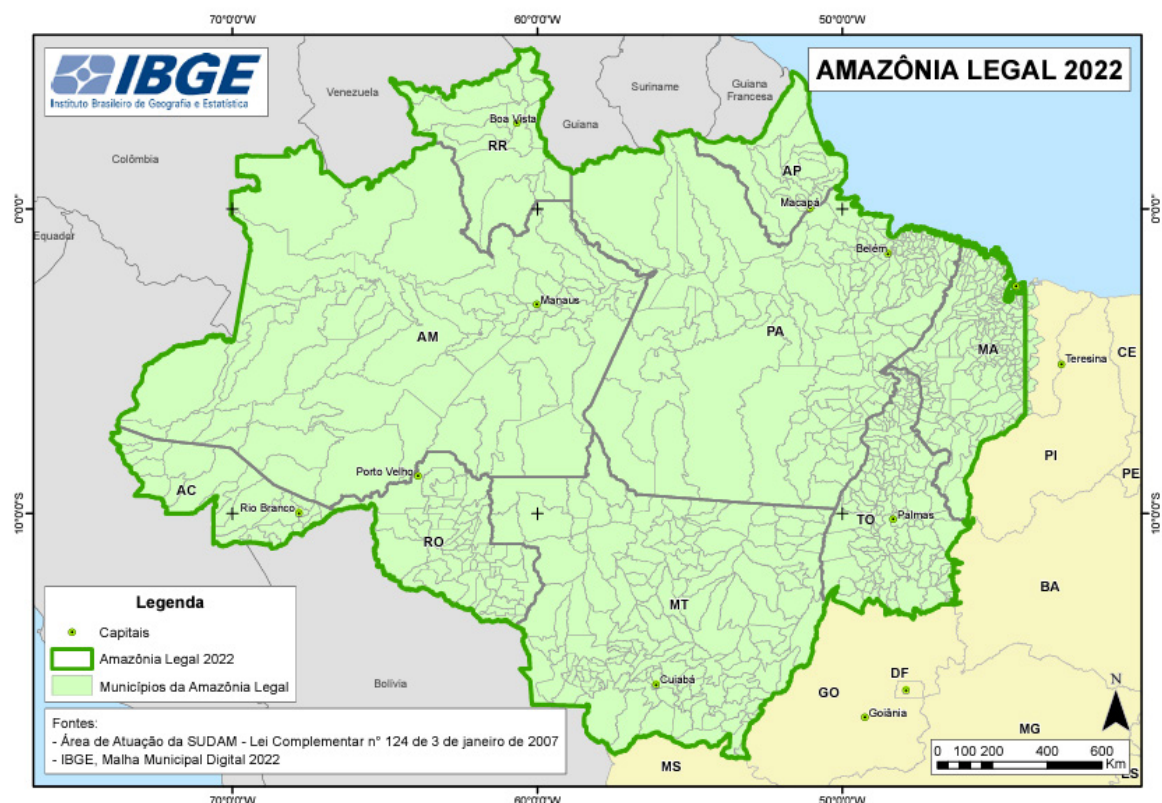


Figura 2. Mapa da Amazônia Legal (2022) / Fonte: IBGE (2022).

A complexidade no ordenamento territorial da Amazônia é demonstrada pela diversidade de iniciativas estatais e privadas na região, principalmente a partir da década de 1960. Kohlhepp (2002) divide o planejamento de desenvolvimento regional da Amazônia, no final do século XX e início do XXI, a partir de seis fases/programas principais: o Programa para Integração Nacional (PIN) na primeira metade dos anos 1970; o Programa Polamazônia (1974-1980); os programas de desenvolvimento rural integrados do início da década de 1980, como o Programa Polonoroeste; os mega-programas e projetos dos anos 1980, como o Projeto Grande Carajás (PGC); o Programa Piloto Internacional para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7), na década de 1990; e o Mega-Programa Avança Brasil, no início dos anos 2000.

Ressalta-se que estes projetos tiveram seus planejamentos atravessados por: tensões sociais, políticas e econômicas; conflitos de interesse; modelos de desenvolvimento questionáveis; além de

muitos descasos com os interesses e necessidades da população regional.

Já no decorrer do século XXI, avanços são observáveis, principalmente em âmbitos legais, mas a realidade da região amazônica ainda está longe do ideal e permanece permeada por conflitos, como aponta Castro:

As dinâmicas recentes no Brasil, desde a primeira década deste século, mostram o paradoxo de uma legislação ambiental avançada, a aprovação de dispositivos legais e institucionais, mas cujo desafio de manter a floresta em pé se torna impossível pelo avanço da fronteira do capital floresta adentro. O paradoxo também de reconhecimento de direitos à terra como bem comum, de povos indígenas e quilombolas, ao mesmo tempo que financia o avanço rápido da pecuária, das plantações de soja e dos megaempreendimentos em direção a esses territórios (Castro, 2017, p. 26).

Observa-se então, desde os anos 1960 até a atualidade, uma “reorientação da Amazônia para incorporar-se à nova socialidade do capital extrativo” (Silva, 2022, p. 106). Nesse contexto, é perceptível que não somente interesses se confrontam, mas também ideias, dando abertura a muitas discussões. Em “Ideias para adiar o fim do mundo”, o líder indígena, ambientalista, filósofo e escritor, Ailton Krenak, aborda a relação estabelecida entre os povos originários e a natureza, enquanto trata criticamente a temática da desterritorialização, as perspectivas mercantis em relação ao planeta, além de questionar perspectivas homogeneizantes de civilização¹:

Recurso natural para quem? Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar?

A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo (Krenak, 2019, p. 12).

Considerando os processos de ocupação territorial e “modernização” da Amazônia, nota-se que (co)existem diversas populações na região, vivendo em espaços urbanos ou rurais e, conseqüentemente, diversas perspectivas de vida e mundo.

Configura-se, então, o cenário já mencionado de conflito de interesses, que envolve: existências (e resistências) que reivindicam direitos sociais, respeito à natureza, ordenamentos territoriais mais justos (englobando povos originários, comunidades tradicionais, movimentos sociais, peque-

nos produtores, entre outros); e entidades como multinacionais, grandes empresários, fazendeiros e posseiros, constantemente envolvidos com violações a condições e direitos humanos, além de promoverem intensos e agressivos modelos de exploração da natureza.

É essencial considerar também as ações do Estado brasileiro, afinal o que de fato é observado ao longo das últimas décadas é a inércia ou mesmo conivência estatal frente: ao avanço desordenado das fronteiras agrícolas; ao crescimento da violência na região; à desterritorialização e expropriação de comunidades e populações; e aos níveis altíssimos de degradação ambiental (Plans *et al.*, 2017; Castro, 2017; Silva, 2022).

Tendo em vista a complexidade das discussões que envolvem a Amazônia e a dimensão dos impactos de qualquer política pública na região, espera-se que as decisões estatais partam da realidade dos atores sociais envolvidos e considerem o cenário nacional e internacional enredado, visando construir um debate democrático a respeito (Quintslr; Bohrer; Irving, 2011). Nessa discussão, o conhecimento antropológico pode se fazer útil.

ANTROPOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para compreensão das possibilidades de contribuição da Antropologia na discussão e/ou avaliação de políticas públicas na Amazônia, é desejável que antes se pense na relação da Antropologia com a política de uma forma geral, que remonta aos primórdios da disciplina, principalmente no que diz respeito ao interesse pelas relações de poder estabelecidas em cada sociedade ou grupo estudado (Kuschnir, 2007). Assim, destaca-se a seguinte definição:

A abordagem da política pela antropologia pode ser definida de uma forma simples: explicar como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como significam os objetos

¹Cabe lembrar que as diferenças entre as cosmologias indígenas e as ocidentais, abrangendo desde a relação com a natureza até as noções de “pessoa” e “ser humano”, são exploradas na antropologia brasileira através das discussões do “perspectivismo ameríndio” por autores como Eduardo Viveiros de Castro e Tânia Stolze Lima (Hammerschmidt, 2023).

e as práticas relacionadas ao mundo da política. A compreensão de grupos específicos, em circunstâncias particulares, leva a comparações e diálogos com a literatura sobre contextos sociais mais amplos (Kuschnir, 2007, p. 163).

O “mundo da política” mencionado pode se referir a uma gama de elementos e situações, afinal a própria noção de “política”, enquanto um “nível” que difere da “economia” e da “cultura”, é resultado da influência do pensamento ocidental moderno, e a adoção desse tipo de separação precipitadamente pode se tornar um obstáculo frente a diversidade de sociedades e culturas existentes (Peirano, 1997).

É sabido que em princípio a antropologia se estabeleceu como um estudo do Outro, e somente em um cenário relativamente recente passou a se dedicar ao que é local e próximo ao pesquisador (Hammerschmidt, 2023). Assim, no contexto do pensamento evolucionista do início do século XX, as pesquisas antropológicas em um sentido mais político se desenrolaram sem a consideração do Estado ou do governo enquanto objeto de estudo, já que se debruçaram sobre sociedades não ocidentais, consideradas por autores da época como “primitivas” e “sem Estado” (Leirner, 2013; Spiess, 2016).

Posteriormente, com a emergência da chamada “antropologia política” ou “Antropologia do Estado” a partir da década de 1940, novas perspectivas de investigação são abertas, densamente influenciadas pelo contexto colonial, como aponta Leirner:

Não é de todo absurdo pensar que parte da motivação que produziu a ideia de “política” como centro de referência conceitual para a disciplina nessa época vinha do fato de que os então Estados coloniais, sobretudo britânicos, requisiavam um entendimento das categorias locais de modo a aumentar a eficácia do entrelaçamento entre a administração colonial com as populações nativas. De certa maneira, isso acabou se tradu-

zindo numa oposição entre um Estado metropolitano dinâmico e uma política nativa estática e engessada em sistemas estruturais previstos no interior de linhagens, clãs etc.

Claro que essa ideia de “equilíbrio estático” tenderia a mudar tão logo as relações com a metrópole tensionassem e mudassem a configuração das realidades etnográficas nativas (Leirner, 2013, p. 72).

Leirner (2013) aponta ainda que as modificações observadas nas realidades nativas impulsionaram mudanças nas concepções de “política” adotadas até então pela Antropologia, abrindo espaço não somente para o questionamento da aplicação de conceitos ocidentais em realidades as quais eles não correspondem, mas também gerando maior relativização a respeito destes nas próprias sociedades ocidentais.

Já no contexto brasileiro, mesmo com diversas produções indicando a influência do Estado sobre grupos e minorias específicas no país, ainda assim é baixo número de pesquisas que se dediquem a uma iniciativa sólida de análise antropológica do Estado, em suas múltiplas possibilidades de investigação (Leirner, 2013). A Antropologia então “se atrasa” em relação a áreas como a Sociologia e a Ciência Política, no que tange à análise do Estado (Spiess, 2016).

Quanto à definição de políticas públicas, autores como Höfling (2001), Arretche (2003) e Spiess (2016) retomam a noção de “Estado em ação” estabelecida por Gobert e Muller (1987). A “subdisciplina” de políticas públicas envolveria, então, “[...] o estudo de programas governamentais, particularmente suas condições de emergência, seus mecanismos de operação e seus prováveis impactos sobre a ordem social e econômica” (Arretche, 2003, p. 8). Nesse sentido, considerando o histórico de distanciamento da Antropologia em relação às análises do Estado, nota-se também uma dificuldade de aproximação em relação também às políticas públicas (Spiess, 2016).

É perceptível que as discussões a respeito da(s) política(s) pública(s) são complexas e não culminam em um consenso. Existem, portanto, não apenas vários conceitos de políticas públicas, como também diferentes abordagens, perspectivas e classificações que divergem entre si em determinados aspectos. No entanto, considerando como política pública “a discussão e prática de ações relacionadas ao conteúdo, concreto ou simbólico, de decisões reconhecidas como políticas; isto é, o campo de construção e atuação de decisões políticas” (Agum; Riscado; Menezes, 2015, p. 16), é possível ter um ponto de partida para pensarmos a atuação de profissionais da antropologia na área.

Leirner (2013) aponta algumas possibilidades de pesquisa da antropologia junto às políticas públicas, com relação aos “atingidos por políticas” (análise do “ponto de vista” de populações ou coletivos afetados por determinadas políticas públicas) e a gestão de políticas (projetos relacionados a gestão de terras indígenas, museus, patrimônio e outros). Ademais, o autor também teoriza sobre a possibilidade de uma “antropologia para política”: “antropólogos que analisam o Estado e que têm um envolvimento direto com este” (Leirner, 2013, p. 88).

Para uma aproximação da questão socioambiental, recorremos a Barretto Filho (2021) que, em seu artigo “Desenvolvimento, meio ambiente, povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil de hoje: uma mirada a partir da Antropologia pública”, aponta dinâmicas recentes no cenário político socioambiental brasileiro, sob um olhar antropológico. O autor destaca a atuação da chamada “Antropologia Pública”, principalmente através das ações da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), por meio do Comitê “Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos” e da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI):

O grêmio da Antropologia, em virtude das características peculiares da formação da disciplina no país como possuidora de uma orientação pública, tem procurado se manter atento, esforçando-se para compreender a evolução da conjuntura e incidir politicamente, ladeando os sujeitos de direitos. Não obstante as limitações estruturais de suas formas convencionais de atuação, em muitos casos, as instâncias da ABA se somaram e se articularam às críticas, manifestações e reivindicações de demais setores da sociedade, logrando conquistas pontuais importantes (Barretto Filho, 2021, p. 283).

Considerando a diversidade de possibilidades de atuação e articulação da Antropologia no contexto das políticas públicas, visamos então analisar de que forma os trabalhos de enfoque político socioambiental a respeito da Amazônia brasileira têm sido conduzidos na disciplina.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, ou seja, “mediante leitura de produções textuais em livros, artigos ou teses e dissertações que foram elaboradas previamente por outros pesquisadores e que, obviamente, podem fornecer dados” (Frainer, 2020, p. 84). Os trabalhos utilizados na fundamentação teórica foram coletados nos meses de agosto, setembro e outubro de 2023, no Google Scholar.

Após, realizou-se pesquisa bibliográfica no Portal de Periódicos da CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A base de dados possui mecanismos de



filtragem que permitem a pesquisa pelo termo desejado em vários campos das produções, contando com as opções: “título” (do trabalho ou do periódico), “assunto”, “autor/criador” e “qualquer campo”. Foram realizadas buscas com os seguintes termos/combinações: “antropologia” (título), “socioambiental” (título) e “amazônia” (qualquer campo); “antropologia” e “desenvolvimento” (ambos com filtro para título); “antropologia” (título), “território” (título) e “amazônia” (qualquer campo); além de “antropologia” (título), “amazônia” (título) e “política” (qualquer campo). Todas as buscas foram realizadas com filtro para publicações em português. Em seguida, através da inspeção de títulos e resumos, foram selecionadas as produções que melhor atendessem aos interesses deste trabalho, dando prioridade a: trabalhos que têm como foco principal a Amazônia brasileira ou locais que a integrem; autores e periódicos de perspectiva antropológica; temáticas relacionadas à política e meio ambiente. Toda a pesquisa na base de dados foi realizada durante o mês de outubro de 2023, e resultou em uma amostra de 7 produções para revisão.

As produções escolhidas foram analisadas para discussão de limites e possibilidades na utilização de perspectivas antropológicas na formulação, aplicação ou avaliação de políticas públicas socioambientais na Amazônia brasileira.

RESULTADOS DISCUSSÕES

Os trabalhos analisados foram organizados em quadro para exposição de algumas informações de cada um, sendo ordenados por ano de publicação.

Quadro 1. Análise de produções de acordo com autor, ano, título, palavras-chave e local de publicação

AUTOR/ANO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
Baines (2000)	Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia	Índios, imagens, líderes, Waimiri-Atroari, usinas hidrelétricas, política empresarial.	Revista de Antropologia (USP)
Pimenta (2007)	Indigenismo e ambientalismo na Amazônia ocidental: a propósito dos Ashaninka do rio Amônia	Ashaninka, ambientalismo, indigenismo, desenvolvimento sustentável, alto Juruá.	Revista de Antropologia (USP)
Ibarra & Souza (2016)	MULHERES TICUNA: GÊNERO E POLÍTICA NA AMAZÔNIA	Feminismos étnicos, liderança, comparação, fronteira Brasil-Colômbia.	Amazônica - Revista de Antropologia (UFPA)
Alencar & Sousa (2017)	Aspectos Socioambientais da Pesca Manejada de Pirarucus (Arapaima gigas) no Sistema de Lagos Jutaí-Cleto, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, AM	Manejo de recursos pesqueiros, conhecimentos ecológicos tradicionais, unidade de conservação, Amazônia.	Amazônica - Revista de Antropologia (UFPA)
Costa (2019)	Indigenismo empresarial em Belo Monte: uma etnografia da política do licenciamento ambiental de um megaempreendimento na Amazônia	Indigenismo empresarial; etnografia; Belo Monte; Amazônia.	Amazônica - Revista de Antropologia (UFPA)
Bemerguy (2019)	Notas sobre a feitura de um novo estado na Amazônia paraense: afetos e afetações em mobilizações sociais pelo Tapajós.	Afetos; mobilizações sociais; Amazônia.	Amazônica - Revista de Antropologia (UFPA)
Tosold (2020)	Por uma vida sem barragens: corpos, território e o papel da autodeterminação na desnaturalização da violência	Autodeterminação coletiva, crítica do progresso/ desenvolvimento, Médio Tapajós, resistência dos povos munduruku e ribeirinho.	Revista de Antropologia (USP)

Fonte: o autor.

As produções analisadas abrangem um período de 2000 a 2020, com a maior parte delas tendo sido publicada de 2010 em diante. Observa-se que todas as publicações foram realizadas ou na *Amazônica* (Revista de Antropologia da UFPA) ou na *Revista de Antropologia da USP*. Através dos títulos e palavras-chave, percebe-se que muitos trabalhos abordam questões como o indigenismo, a resistência popular e o avanço de empreendimentos na região amazônica.

O trabalho de Baines (2000) aborda a utilização de imagens de liderança indígena Waimiri-Atroari para rebater críticas e angariar apoio a políticas empresariais da Eletronorte, assim como a expansão de seus projetos de usinas hidrelétricas na região amazônica, a partir do fim da década de 1980, em um processo que denomina de “indigenismo empresarial”. O termo é retomado no trabalho de Costa (2019), que realiza uma etnografia no contexto da própria experiência enquanto consultor ambiental, apontando dinâmicas da categoria enquanto “coprodutores da dor e do sofrimento impostos às populações atingidas pelos megaempreendimentos” (Costa, 2019, p. 249).

Em “Mulheres Ticuna: Gênero e política na Amazônia”, Ibarra e Souza (2016) discutem a inserção de mulheres indígenas no contexto político através da análise de liderança femininas e masculinas do povo Ticuna, na fronteira Brasil-Colômbia, abordando o seu papel na reivindicação de direitos e demandas da população frente a imposições estatais.

A questão da resistência popular é central no trabalho de Tosold (2020), que apresenta o contexto de conflitos decorrentes da imposição dos projetos de construção das barragens de São Luiz e Jatobá, na região do Médio Tapajós, entre 2013 e 2015. A autora, que descreve seu artigo como “teoria política com inspiração antropológica” (p. 2), aponta como os povos Mundurucu e ribeirinho protagonizaram um contexto de “(r)existência” frente às iniciativas estatais e privadas que desconsideravam suas perspectivas acerca dos empreendimentos. Tosold também levanta críticas incisivas aos meios, legais e ilegais, utilizados nes-

se contexto para negar possibilidades de autoafirmação e autodeterminação dos povos envolvidos.

O movimento pela criação do estado do Tapajós (na região oeste do Pará) é o tema do trabalho de Bemerguy (2019) que, através de um trabalho etnográfico realizado principalmente no município de Santarém, procura demonstrar como o componente afetivo atravessa a mobilização social. A autora apresenta relatos e discussões das populações envolvidas, dentro de um contexto também de reivindicação de melhores condições de vida e desenvolvimento sustentável para a região.

Já o artigo de Alencar e Sousa (2017), ao descrever detalhes da pesca do pirarucu no Amazonas e apresentar a prática a partir da perspectiva de quem dela depende na região, aborda questões ecológicas e critica ações estatais que não levam em consideração o conhecimento tradicional das populações envolvidas:

A proibição da pesca de pirarucus em todo o estado do Amazonas nos anos 1990, provocada pela escassez gerada pela pesca intensiva, afetou a vida de várias famílias espalhadas ao longo de rios e margens de lagos, que buscaram outras fontes de renda ou migraram para a área urbana. A escassez, seguida da proibição, pôs em risco a reprodução de conhecimentos ecológicos tradicionais que envolvem a ecologia e captura dessa espécie (Alencar; Sousa, 2017, p. 62).

A ecologia dentro da organização dos povos amazônicos também é enfatizada em “Indigenismo e ambientalismo na Amazônia ocidental: a propósito dos Ashaninka do rio Amônia” de Pimenta (2007), que discute a mobilização do povo Ashaninka na implantação de projetos alternativos de desenvolvimento econômico sustentável na região por ele habitada. Nesse contexto, menciona também o trabalho de antropólogos, destacando sua importância no auxílio na elaboração de projetos e em processos de articulação política. Ao mesmo tempo, traz um importante alerta quanto ao trabalho junto aos povos indígenas:

Imersos nos paradoxos do “desenvolvimento sustentável”, alguns militantes do novo ideal ocidental continuam se comportando como instrutores dos índios, perpetuando o paternalismo introjetado na história das relações entre índios e brancos. É bom lembrar que as relações dos povos indígenas com o que chamamos de “natureza” são complexas e enraizadas na cosmologia específica de cada povo. Ora, esses preceitos e crenças são, geralmente, desconhecidos ou descartados pelo limitado olhar ocidental que considera a natureza apenas como fonte de recursos a serem explorados, mesmo de modo sustentável (Pimenta, 2007, p. 663).

É notável que, com exceção do artigo de Costa (2019) que é construído a partir da “auto-antropologia”, as produções analisadas partem fundamentalmente das perspectivas dos povos amazônicos, apresentando especificidades das demandas dos envolvidos nos contextos de cada uma delas. Tal postura se enquadraria no que Leirner (2013) descreve como um trabalho junto aos “atingidos por políticas”.

Assim, os trabalhos em geral tecem críticas, em maior ou menor escala, a intervenções do Estado brasileiro, ou à ausência delas, nas situações descritas. Levando isso em consideração, as produções poderiam contribuir para a avaliação de políticas públicas e outras ações estatais na região amazônica. Por outro lado, a riqueza de detalhes dos trabalhos etnográficos também se faria útil em estudos e pesquisas para formulação de futuras políticas públicas.

Ressalta-se que os componentes sociais se sobressaíram nas análises conduzidas na maioria das produções, apesar das questões ambientais terem sido mencionadas em todos os trabalhos. Nesse sentido, destacamos o exposto por Barretto Filho (2021):

[...] a interface entre políticas de desenvolvimento e ambiental, e o direito à existên-

cia coletiva dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais, constitui importante lente para entender os conflitantes projetos de país que disputam espaço e legitimidade junto à sociedade brasileira, permitindo notar continuidades e rupturas no período democrático recente (Barretto Filho, 2021, p. 264).

Ou seja, o contexto das produções analisadas perpassa não somente eventos e conflitos socioambientais específicos, mas revela processos contínuos de ocupação violenta, espoliação e degradação ambiental, por meios legais e ilegais, em nome de “desenvolvimentos” que colocam em xeque até mesmo as bases da democracia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, concluímos que a Antropologia tem muito a agregar em discussões de políticas públicas socioambientais na Amazônia brasileira, principalmente no trabalho junto às populações por elas afetadas. Entretanto, consideramos que o trabalho de profissionais da área não deve ser reduzido a um mero registro de consequências, mas pode ser bastante útil também nas etapas de formulação e aplicação das políticas. Para tanto, seria necessário por parte do Estado a busca por fundamentações mais completas e abrangentes para as decisões tomadas, envolvendo tanto a Antropologia quanto os mais diversos campos de conhecimento que se fizerem necessários, além das demandas e perspectivas dos próprios povos amazônicos.

Destacamos também que, dadas as limitações deste trabalho e o número restrito de produções analisadas, outras investigações seriam necessárias para endossar as discussões apresentadas e compreender com mais precisão de que forma o trabalho antropológico tem sido conduzido, em uma interface político-ambiental, na Amazônia brasileira, e quais perspectivas podem ser traçadas para o futuro da disciplina nesse sentido.

REFERÊNCIAS

AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Agenda Política**, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em: 25 set. 2023.

ALENCAR, E. F.; SOUSA, I. S. de. Aspectos Socioambientais da Pesca Manejada de Pirarucus (Arapaima gigas) no Sistema de Lagos Jutai-Cleto, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, AM. **Amazônica - Revista de Antropologia**, Belém, v. 9, n. 1, p. 36-71, fev. 2018. ISSN 2176-0675. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5483>. Acesso em: 10 out. 2023.

ARRETCHE, M. T. da S. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gR4px-gbyns7R5hTKfmMDkxG/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 25 set. 2023.

BAINES, S. G. Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 141-163, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27076>. Acesso em: 10 out. 2023.

BARRETTO FILHO, H. T. Desenvolvimento, meio ambiente, povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil de hoje: uma mirada a partir da Antropologia pública. **Aisthesis**, Santiago, n. 70, p. 263-286, 2021. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-71812021000200263&script=sci_arttext. Acesso em: 8 out. 2023.

BEMERGUY, T. de S. Notas sobre a feitura de um novo estado na Amazônia paraense: afetos e afetações em mobilizações sociais pelo Tapajós. **Amazônica - Revista de Antropologia**, Belém, v. 11, n. 2, dez. 2019. ISSN 2176-0675. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/6153>. Acesso em: 10 out. 2023.

CASTRO, E. M. R. de. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In: CASTRO, E. M. R. de. **Territórios em transformação na Amazônia**: saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017. p. 19-48.

COSTA, R. Indigenismo empresarial em Belo Monte: uma etnografia da política do licenciamento ambiental de um megaempreendimento na Amazônia. **Amazônica - Revista de Antropologia**, Belém, v. 11, n. 1, p. 233-266, jul. 2019. ISSN 2176-0675. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/7248/5597>. Acesso em: 10 out. 2023.

DESMATAMENTO na Amazônia é o menor dos últimos cinco anos, mas equivale a 1.300 campos de futebol por dia. **IMAZON**, 2023. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-e-o-menor-dos-ultimos-cinco-anos-mas-equivale-a-1300-campos-de-futebol-por-dia/>. Acesso em: 24 out. 2023.

FRAINER, J. **Metodologia Científica**. Indaial: UNIASSELVI, 2020.

HAMMERSCHMIDT, B. **Teorias Antropológicas do Século XX**. Indaial: UNIASSELVI, 2023.

HÖFLING, E. D. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2023.

IBARRA, E. D. S. R.; SOUZA, L. V. de S. MULHERES TICUNA: GÊNERO E POLÍTICA NA AMAZÔNIA. **Amazônica - Revista de Antropologia**, Belém, v. 8, n. 1, p. 90-117, jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/4726>. Acesso em: 10 out. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Amazônia Legal**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 4 out. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Amazônia Legal 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 1 mapa, color., 1:10.000.000. Disponível em: https://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/amazonia_legal/2022/Mapa_da_Amazonia_Legal_2022_sem_sedes.pdf. Acesso em: 4 out. 2023.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, maio 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/mY9cRhvB-6MLvsHrYL8gBs4F/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2023.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUSCHNIR, K. Antropologia e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 163-167, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/VpXXF58HsFyyWTyNBtVPbNx/>. Acesso em: 25 set. 2023.

LEIRNER, P. de G. As políticas públicas segundo a Antropologia. In: MARQUES, E.; FARIAS, C. A. P. de (org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 195-215.

PEIRANO, M. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p. 15-26.

PIMENTA, J. Indigenismo e ambientalismo na Amazônia ocidental: a propósito dos Ashaninka do rio Amônia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 633-681, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27274>. Acesso em: 10 out. 2023.

PLANS, J. I. *et al.* O Território da Amazônia em Disputa. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2017. p. 10-18.

QUINTSLR, S.; BOHRER, C. B. de A.; IRVING, M. de A. Políticas públicas para a Amazônia: práticas e representações em disputa. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XIII, n. 23, p. 5-16, jul. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1295>. Acesso em: 4 out. 2023.

SILVA, R. G. C. A desamazonização da Amazônia: conflitos agrários, violência e agrobandidagem. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2021**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2022. p. 12-23.

SPIESS, M. A. RELAÇÕES ENTRE ANTROPOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: uma análise a partir da institucionalização do campo de pesquisa. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 169-191, 2016. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/783>. Acesso em: 25 set. 2023.

TEIXEIRA, I.; TONI, A. A crise ambiental-climática e os desafios da contemporaneidade: o Brasil e sua política ambiental. **CEBRI-Revista**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 71-93, 2022. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/7>. Acesso em: 30 set. 2023.

TOSOLD, L. Por uma vida sem barragens: corpos, território e o papel da autodeterminação na desnaturalização da violência. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 63, n. 3, p. 1-33, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/178182>. Acesso em: 10 out. 2023.

UNEP - UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Fatos sobre a Emergência Climática**. Nairobi: UNEP, 2021. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/explore-topics/climate-change/fatos-sobre-emergencia-climatica>. Acesso em: 30 set. 2023.